ASPPPSP
Associação Sindical
dos Profissionais
da Polícia

Orçamento do Estado para 2026
Primeira e Breve Análise
ASPP/PSP – 14 de outubro de 2025

I. Considerações Gerais

No dia 9 de outubro, o Governo apresentou a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2026. Este orçamento caracteriza-se por um articulado minimalista, com pouca informação e escassos compromissos políticos, revelando-se opaco e pouco transparente.

Principais preocupações:

- Ausência de reposição do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública.
- Falta de concretização nos aumentos salariais.
- Comparações entre estimativas de execução de 2025 e previsões para 2026 dificultam a análise.
- Medidas destacadas pelo Governo:
  - Redução do IRS nos 2.º e 3.º escalões.
  - Aumento da RMNG para 920€.
  - Acordo Plurianual com a UGT: aumento de 234,20€.
  - Acordos setoriais com professores, médicos, forças de segurança e bombeiros.

Contexto internacional:

- O agravamento da situação internacional não é devidamente acautelado no OE.

Fiscalidade:

- IRC baixa 2%.
- IRS sobe 5%, ISP 4,6%, IVA 5,1%.
- A distribuição da carga fiscal penaliza os cidadãos, agravando a injustiça na distribuição da riqueza.

II. Ministério da Administração Interna

Articulado da Lei:

- O artigo 28.º mantém a condição de admissões para pré-aposentação, contrariando os estatutos da PSP e GNR.
- Esta norma gera forte descontentamento e constitui uma violação das normas estatutárias.

Avenida Santa Joana Princesa, Nº 2
1700-357 Lisboa · Portugal
t +351 213 475 394 /5 tm +351 962 076 140
aspp-psp@aspp-psp.pt www.aspp-psp.pt
nipc 502 551 720

Relatório:

- Despesa consolidada prevista: €3.152,5 milhões (vs. €2.829,6 milhões em 2025).
- Despesa com pessoal: €2.352,9 milhões (+2,7%).
- Distribuição da massa salarial:
  - GNR: €1.161 milhões
  - PSP: €1.122,4 milhões

III. Medidas Anunciadas

- Estratégia de valorização e capacitação das forças de segurança.
- Reorganização de funções na PSP e GNR.
- Modernização de infraestruturas e equipamentos com tecnologia de ponta.
- Reforço de efetivos e melhoria da taxa de execução do Decreto-Lei de Programação.
- Aposta em:
  - Videovigilância e vigilância eletrónica.
  - Formação em violência doméstica e do namoro.
  - Tecnologias preditivas e cartografia de risco.
  - Bodycams, respeitando normas de proteção de dados.
- Habitação acessível para forças de segurança:
  - Renovação e aumento do parque habitacional público.
  - Apoio à fixação local e rejuvenescimento das funções policiais.

Nota crítica:

- Cai a proposta do OE 2025 de iniciar negociações para revisão de carreiras e estatutos.

IV. Ação e Propostas a Considerar

1. Revisão das carreiras, suplementos e níveis remuneratórios como prioridade.
2. Negociação da tabela remuneratória e valorização da profissão policial.
3. Eliminação do n.º 3 do artigo 28.º, que condiciona a passagem à pré-aposentação.
4. Garantir que o OE contribua para o rejuvenescimento e atratividade das forças de segurança.
5. Respeito pelas normas estatutárias quanto à reserva, pré-aposentação e disponibilidade.

Avenida Santa Joana Princesa, N.º 2
1700-357 Lisboa · Portugal
t +351 213 475 394/5 tm +351 962 076 140
aspp-psp@aspp-psp.pt www.aspp-psp.pt
nipc 502 551 720

ASPPPSP
Associação Sindical
dos Profissionais
da Polícia

Orçamento do Estado para o ano de 2026
Primeira e breve análise

I - Considerações gerais

No dia 9 de outubro, o Governo apresentou a proposta de Orçamento do Estado (OE) para o ano de 2026.

Este orçamento de Estado, nomeadamente o seu articulado, ao contrário de outros é uma versão minimalista do mesmo, com pouca informação e poucos compromissos. Um orçamento do estado, claramente, desenhado para manter o Governo em funções.

O presente orçamento do estado caracteriza-se, assim, como um documento bem mais opaco e pouco transparente porquanto as opções do Governo não têm expressão concreta no articulado do Orçamento e, mesmo do ponto de vista do Relatório – que reflete as opções políticas, são muitas vezes usadas expressões genéricas e pouco concretas.

Numa primeira nota, depois dos Orçamentos do Estado para 2023, 2024 e 2025 que não repuseram a perda de poder de compra, o Orçamento do Estado (OE) para 2026, volta a não responder à questão central para os trabalhadores em Funções Públicas. Nesta matéria, importa referir que o Orçamento do Estado é bastante omisso, não concretiza aumentos e compara estimativa de execução orçamental de 2025 com o Orçamentado para 2026.

Do ponto de vista dos aumentos salariais, o Governo destaca a redução do IRS no 2.º e 3.º escalão, o aumento da RMNG (salário mínimo) para os 920 euros, o acordo celebrado com os sindicatos da UGT e outros, que prevê na presente legislatura um aumento de 234,20€ (Acordo Plurianual) para a administração pública e os acordos já assinados em setores como os professores, médicos, forças de segurança e, entre outros, bombeiros.

Não se pode deixar de sinalizar o agravamento da situação internacional, com as guerras em curso, a criação de novos blocos económicos e as disputas no mercado internacional com a imposição de taxas e tarifas, que podem resultar em aumentos dos preços que importava acautelar. Tal objetivo não é atingido com este orçamento do estado.

Enquanto a receita fiscal de IRC para as empresas baixa 2%, o IRS aumenta em 5%, o ISP 4,6% e o IVA 5,1%. Ou seja, também do ponto de vista dos impostos arrecadados aumenta a injusta distribuição da riqueza.

II- Quanto ao Ministério da Administração Interna

No articulado da proposta de lei:

- o artigo 28.º mantém as limitações à passagem à pré-aposentação - contraria o instituído nos estatutos da PSP e GNR. A passagem à pré-aposentação continua a estar condicionada às admissões. Este artigo leva a um grande descontentamento junto dos profissionais da PSP e GNR e constitui uma clara violação das normas instituídas no estatuto dos profissionais da PSP.

Avenida Santa Joana Princesa, N.º 2
1700-357 Lisboa · Portugal
t +351 213 475 394 / 5 tm +351 962 076 140
aspp-psp@aspp-psp.pt www.aspp-psp.pt
nipc 502 551 720

No Relatório:
Segurança Interna
No OE 2025 o Governo apresentava para a administração interna uma despesa consolidada 3.041 milhões de euros. Já no OE 2026 o Governo apresenta uma despesa consolidada de 3.152,5 milhões de euros. O Governo usa a estimativa de execução orçamental de 2025 que é de 2.829,6 milhões de euros para justificar um aumento de 11%, que não corresponde à verdade.

Por outro lado, quanto ao suposto aumento da despesa com pessoal, o Governo anuncia uma despesa com pessoal para 2026 na ordem dos 2.352,9 milhões de euros, afirmando tratar-se de um aumento de 2,7% da despesa.

Dentro da estrutura salarial das forças e serviços de segurança, o Governo refere que "a estrutura da massa salarial das forças e serviços de segurança, distribuída entre a Guarda Nacional Republicana (GNR), com 1161 milhões de euros, e a Polícia de Segurança Pública (PSP), com 1122,4 milhões de euros".

Destacam-se as seguintes medidas anunciadas:
"O Governo estabeleceu no seu programa para a legislatura uma estratégia de valorização e capacitação das forças e serviços de segurança e de aposta no policiamento mais próximo e eficaz, garantindo a articulação com as autarquias locais e com as polícias municipais. Prevê a reorganização de funções na Polícia de Segurança Pública e na Guarda Nacional Republicana, contemplando a libertação dos operacionais de tarefas administrativas e a modernização de infraestruturas e equipamentos, com incorporação de tecnologia de ponta."

"Para 2026, o Governo destaca os compromissos de reforçar significativamente o efetivo das forças de segurança, de investir na melhoria das suas infraestruturas e equipamentos, melhorando a taxa de execução do respetivo Decreto-Lei de Programação, de incrementar a utilização de videovigilância e vigilância eletrónica e de promover a sua formação nas áreas de violência doméstica e do namoro, entre outras."

"A aposta nas tecnologias preditivas e de cartografia de risco, aliada ao reforço da videovigilância e à distribuição de câmaras corporais (bodycams), será realizada em conformidade com as normas de proteção de dados, assegurando um equilíbrio entre eficácia, transparência e respeito pelos direitos fundamentais."

"O Governo pretende melhorar a capacidade de alojamento das forças de segurança, com o objetivo de facilitar a sua fixação local, através da renovação e aumento do parque habitacional público. Pretende-se promover o acesso dos elementos das forças de segurança à habitação a preços acessíveis e aumentar a atratividade e o rejuvenescimento das funções policiais, uma vez que se encontram a ser reabilitados/construídos blocos habitacionais que permitem aos militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) e aos polícias da PSP em início de carreira e deslocados das suas zonas de residência ter acesso a habitação."

Avenida Santa Joana Princesa, N.º 2
1700-357 Lisboa - Portugal
t +351 213 475 394 /5 tm +351 962 076 140
aspp-psp@aspp-psp.pt www.aspp-psp.pt
nipc 502 551 720

Importa salientar que cai a proposta feita para o OE 2025 que referia "Iniciar o processo negocial com vista a criar e desenvolver um plano de revisão das carreiras, nomeadamente através da revisão do estatuto e das progressões profissionais, dignificando-as".

III- Ação e propostas a considerar

Há vários aspetos que suscitam preocupação e merecem intervenção em sede de discussão na especialidade do Orçamento do Estado:

- Este ano, à imagem do ano passado, assume particular centralidade a questão dos aumentos salariais.
- A efetiva revisão das carreiras, suplementos e níveis remuneratórios deve ser uma prioridade. O Governo retirou a previsão de negociações das tabelas, suplemento e outras componentes retributivas. Julgamos mesmo que esta deve ser a questão central a exigir ao Governo. A negociação da revisão global das carreiras, sua inserção na tabela remuneratória e revisão dos suplementos tem que garantir uma melhoria das condições de vida dos profissionais da PSP e tornar a profissão mais atrativa.

Adicionalmente, há um problema que é criado, novamente, pelo Orçamento do Estado:
O n. 3 do artigo 28.º condiciona a passagem à pré-aposentação ou reserva, conforme está instituído nos respetivos estatutos, às admissões, o que não é aceitável e irá agravar o problema do envelhecimento das FSS.
Face ao grave problema de falta de recursos humanos nas forças e serviços de segurança, a resposta não pode ser o atropelo das normas estatutárias quanto ao direito à passagem à reserva, pré-aposentação ou disponibilidade, pelo que se impõe a eliminação da norma supracitada.

04 de novembro de 2025

A ASPP/PSP

CESI

Avenida Santa Joana Princesa, N.º 2
1700-357 Lisboa - Portugal
t +351 213 478 394/5 tm +351 962 076 140
aspp-psp@aspp-psp.pt www.aspp-psp.pt
nipc 502 591 720